

MUSEU DO ÍNDIO - RJ

Termo de Referência 9/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
9/2026	194022-MUSEU DO ÍNDIO - RJ	LUIZA ZELESCO BARRETTO	13/04/2026 14:21 (v 0.4)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		08786.000558/2024-92

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 08786.000558/2024-92)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição parcelada, por meio de sistema de registro de preços, de materiais e equipamentos para atividades de conservação e restauração de bens culturais, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL [A1] [A2]
1	Álcool Etílico Absoluto, Aspecto Físico: Líquido Límpido, Incolor, Volátil, Teor Alcoólico: Mínimo De 99,5°Gl, Fórmula Química: C2h5oh, Peso Molecular: 46,07 G/MOL, Grau De Pureza: Mínimo De 99,7% P/P Inpm, Característica Adicional: Anidro, Absoluto, Reagente P.A., Número De Referência Química: Cas 64-17-5	379616	LITRO	5	26,86	134,31
	Álcool tradicional de limpeza - Álcool etílico limpeza de ambientes, tipo: hidratado,					

2	aplicação: produto limpeza doméstica, características adicionais: incolor, concentração: 70°inpm	429961	LITRO	10	5,04	50,40
3	Algodão - Tipo hidrófilo, apresentação em mantas, material alvejado, purificado, isento de impurezas, enrolado em papel apropriado, esterilidade não estéril, tipo embalagem individual.	279726	EMBALAGEM 500 GRAMAS	10	13,52	135,20
4	Ar condicionado Split HiWall Inverter 18.000 BTU/h 220v. Gás /fluido refrigerante R-32, Classificação Energética Procel A. Controle remoto e display com indicador de temperatura.	458191	UNIDADE	8	3.329,00	26.632,00
5	Ar condicionado Split HiWall Inverter 18.000 BTU/h 220v. Gás/fluido refrigerante R-410A, Classificação Energética Procel A. Controle remoto e display com indicador de temperatura.	618527	UNIDADE	8	3.321,98	26.575,84
6	Avental descartável em TNT com manga longa e gramatura de 50g. Cor: branca; Tamanho mínimo: 1,30m de largura e 1,00m de comprimento; Características adicionais: elástico no punho, tiras externar para amarrar no pesço e na cintura, gola careca, registro na ANVISA.	620990	UNIDADE	300	17,90	5.370,00
7	Balança Digital Comercial 15 kg. Bateria Interna e recarregável, 100h de autonomia; Precisão: 5 gramas; Tensão: 110 / 220V Bivolt; Consumo máximo: 1 kw/h; Visor: 6 displays LCD (3 frontais e 3 traseiros); Dimensões máximas: 115 mm (Altura), 330 mm (Largura), 300 mm (Profundidade).	384449	UNIDADE	2	615,00	1.230,00
8	Barbante de algodão 10 fios e acabamento cru	283495	ROLO 1 KG	10	29,88	298,75

9	Becker graduado 600ml. Instrumento laboratorial indicado para dissolver, misturar soluções com segurança, confeccionado em vidro borossilicato 3.3, graduado, com bico para verter líquido e graduação. Dimensões aproximadas: 9,5 cm de diâmetro e 14 cm de altura.	408270	UNIDADE	4	10,11	40,44
10	Borracha preta - Formulação de alta qualidade, livre de PVC, atóxica proporcionando excelente desempenho ao apagar. Capa protetora ergonômica, evita a sujeira.	393507	UNIDADE	120	4,61	553,60
11	Borrifador/Pulverizador de água - Fabricado em polipropileno, com válvula 500 ml.	231556	UNIDADE	5	4,36	21,80
12	Cadarço de algodão - 100% algodão, 1,5 cm de largura, 50 metros (para fixar os condicionamentos)	373304	ROLO DE 50M	5	23,40	117,00
13	Cadarço sarjado de algodão cru 10mm	442291	ROLO DE 50M	5	15,67	78,35
14	Caixa Plástica, Tipo: Arquivo, Material: Plástico Corrugado (polipropileno alveolar), Tipo Paredes: Polionda, Dimensão Aproximada (A x C x L): 130 X 360 X 250 MM Cor: Incolor, Características Adicionais: atóxico, inodoro, com orifícios, Gramatura Mínima: 700 gr/m² (3,5 MM), Aplicação: Guarda de Documentos	610421	UNIDADE	400	19,93	7.973,32
15	Caixa Plástica, Tipo: Tampa/Fundo (Caixa+Bandeja), Material: Plástico Corrugado (polipropileno alveolar), Tipo Paredes: Polionda, Dimensão Aproximada (A x C x L): 370 X 790 X 370 MM, Altura da Tampa (aproximada): 76 MM, Cor: Incolor, Características Adicionais: atóxico, inodoro, com orifícios, com tampa solta, Gramatura Mínima: 700	610422	UNIDADE	500	52,60	26.300,00

	gr/m² (3,5 MM), Aplicação: Guarda de Acervo					
16	Caixa Plástica, Tipo: Tampa/Fundo, Material: Plástico Corrugado (polipropileno alveolar), Tipo Paredes: Polionda, Dimensão Aproximada (A x C x L): 76 X 490 X 370 MM Cor: Incolor, Características Adicionais: atóxico, inodoro, com orifícios, com tampa solta, Gramatura Mínima: 700 gr/m² (3,5 MM), Aplicação: Guarda de Acervo	415618	UNIDADE	500	43,64	21.820,00
17	Caneta gel 0,7mm cor branca (Uni-Ball Signo ou similar)	432223	UNIDADE	20	15,50	309,90
18	Caneta nanquim preta nº 05 - Caneta desenho arquitetônico, material corpo: plástico, material ponta: náilon, formato corpo: cilíndrico, diâmetro corpo: 10 mm, diâmetro carga: 0,50 mm, comprimento total: 14 cm, características adicionais: base d'água e pigmento nanquim	229712	UNIDADE	24	19,42	466,00
19	Caulim em pó puro (silicato de alumínio hidratado). Aspecto: pó fino. Cor: branca. Limites máximos de impurezas: perda por ignição: 14%; Solúveis em ácido: 1%; Ferro (Fe): 0,1%	402646	KG	10	24,48	244,80
20	Cera de carnauba clarificada (tipo 1), uso para conservação/ restauração, em flocos, insípida e inodora, Ponto de fusão 83 - 86° C	364855	EMBALAGEM 100 GRAMAS	10	54,78	547,77
21	Cera microcristalina incolor em pasta, composta de cera de carnaúba e cera de abelha, fracionada em embalagens de até 380g	429912	GRAMA	2.280	0,19	436,85
22	Cola adesiva vegetal a base de amido de arroz tipo pastosa, aproximadamente 60G	374668	UNIDADE	10	317,16	3.171,60
23	Cola Adesivo branca para restauro PVA Ph Neutro à base de acetato de polivinil, fluído,	386956	LITRO	10	696,33	6.963,27

	isento de ácidos aproximadamente 1 litro					
24	Cola metilcelulose ou carboximetilcelulose. Atóxica, incolor e inodora.	332870	KG	2	434,60	869,20
25	Conjunto de agulhas de mão tamanhos variados com, no mínimo, 45 peças	271920	UNIDADE	3	11,95	35,84
26	Desumidificador de ar profissional, capacidade (mínima): 50 Litros/Dia, reservatório (mínimo): 8,5L, com adaptador de dreno, defrost e umidostato, voltagem: 110v	441163	UNIDADE	6	7.855,00	47.130,00
27	Embalagem plástica, forma: bobina, largura mínima: 100 cm, material: polietileno de baixa densidade (PEBD), espessura: 0,08cm (mínima), 0,20cm (máxima), características adicionais: plástico tubular transparente com abertura lateral	610751	BOBINA 100 METROS	20	346,65	6.933,00
28	Escada 3 Degraus Duplos Dobrável em Alumínio. Altura aberta: 1,05 metro ou mais; Carga suportada: 120 Kg ou mais; Sapata antiderrapante; Trava de segurança; Certificada pelo Inmetro.	259667	UNIDADE	2	184,15	368,31
29	Escova de cerdas de plástico - Escova dental, material cerdas: náilon, material cabo: plástico, cabeça: com cantos arredondados, modelo: macio, características adicionais: comprimento mínimo 150mm e largura mínima 16mm, tipo cerdas: pontas polidas.	435448	UNIDADE	24	2,71	64,92
30	Escova juba - Cerdas de crina de cavalo, cabo com revestimento plástico e linha de cerdas formando um “U”. Tamanho: 30 x 330.	261873	UNIDADE	5	17,83	89,17
31	Espátula de osso grande - Utilizada para alisar superfícies, cantos, bordas, e vincar fitas e papéis. Usada para amaciar bordas ásperas e fazer vincos e dobras em papéis e fitas. Não deixa	332939	UNIDADE	10	120,65	1.206,50

	marcas ou brilho. Tamanho 20 cm.					
32	Espátula nº 31 – Material em aço inox – Material odontológico.	426925	UNIDADE	10	10,13	101,30
33	Espátula térmica - Espátula térmica com termostato e SEM sapata de teflon para trabalhos em restauração- faixa de temperatura é de 65,55" C á 215"C - controlado com precisão por um termostato de com um chip de computador. Tamanho: Retângulo 3' x 1,75" (Casa do Restaurador ou similar) Voltagem: 220V; Garantia: 3 meses dada pelo fabricante.	441341	UNIDADE	1	2.180,00	2.180,00
34	Estopa branca 100% algodão para limpeza especial e polimento	243579	KG	3	12,25	36,75
35	Filtros para respirador semifacial - Filtro respirador, uso: semifacial, compatibilidade: máscara 3m série 6.200 ou similar, caixa com 10 unidades	336793	UNIDADE	5	83,40	416,98
36	Fio de nylon 100% poliamida transparente, 0,40mm, 100m (Caiçaras ou similar)	264539	CARRETEL	10	7,14	71,37
37	Fio de nylon 100% poliamida transparente, 0,60mm, 100m (Caiçaras ou similar)	232582	CARRETEL	10	12,77	127,70
38	Fio de nylon 100% poliamida transparente, 0,80mm, 100m (Caiçaras ou similar)	448861	CARRETEL	10	14,75	147,50
39	Fio de nylon 100% poliamida transparente, 070mm, 100m (Caiçaras ou similar)	372757	CARRETEL	10	18,02	180,20
40	Fita adesiva dupla face transparente de polipropileno, 1,8cm de largura x 30 metros.	450593	UNIDADE	6	6,27	37,62
41	Fita adesiva transparente para reparos de arquivo, equivalente à marca "Neschen Filmoplast P" ou superior. Material: papel autocolante de pH neutro (livre de ácido); largura: entre 2cm e 2,5 cm comprimento mínimo: 50m.	244575	UNIDADE	20	222,97	4.459,33
	Flanela Antiestática - Não agride a superfície					

42	macia, baixa liberação de íons, não causa reações químicas. Tamanho: 9,3 x 9,8 cm. Pacote 100 unidades.	217824	UNIDADE	2	131,13	262,25
43	Goma laca natural de origem vegetal (indiana, asa de barata), em finas escamas semitransparentes, de coloração avermelhada, aproximadamente 50 g	377538	UNIDADE	20	90,79	1.815,80
44	Lápis Grafite Integral 6B	288725	UNIDADE	60	15,17	910,40
45	Lápis Grafite Técnico 6B, corpo sextavado, produzido com madeira 100% reflorestada (com certificação)	394635	UNIDADE	60	4,17	250,20
46	Lixa madeira costado em papel, grão 100, 25 m de comprimento, 220 mm de largura e 1 mm de espessura	245235	UNIDADE	2	216,90	433,80
47	Lixa madeira costado em papel, grão 120, 220 mm de largura e 1 mm de espessura	313474	UNIDADE	50	0,79	39,73
48	Lixa madeira costado em papel, grão 40, 25 m de comprimento, 220 mm de largura e 1 mm de espessura	257317	UNIDADE	2	123,14	246,29
49	Lixa madeira costado em papel, grão 80, 25 m de comprimento, 220 mm de largura e 1 mm de espessura	245234	UNIDADE	2	98,53	197,06
50	Lupa de bancada com iluminação LED. Lente monofocal com zoom de 8x; Iluminação eficiente com LEDs, Alimentação Bivolt (127V/220V); Lente com tampa de proteção, Base com suporte para mesas e bancadas; Braço articulável; Ajustável a qualquer mesa ou bancada; Diâmetro da lente: 127 mm; Capacidade de aumento: 8x; Tamanho do braço estendido: 1 m; Iluminação: LED (6 W ou superior).	445858	UNIDADE	1	450,00	450,00
	Lupa de mão. Material: ABS (acrilonitrila butadieno estireno) e lente de vidro; Diâmetro do vidro: aprox. 80 mm /3,1 polegadas; Bateria embutida: 3 pilhas AAA					

51	(não incluídas); Multiplicador: 30X; Fonte de luz: luz branca; Modo de iluminação: luz fria, luz quente, neutra; Controle de luz: ajuste de botão.	469490	UNIDADE	5	171,52	857,58
52	Luva descartável de látex natural sem pó, tamanho G (9 ou equivalente). Cor: branca. Características adicionais: estéril, atóxica, formato anatômico, embalagem conforme norma ABNT com abertura asséptica. Embalagem com 100 unidades.	620093	UNIDADE	5	18,45	92,25
53	Luva cirúrgica de látex natural sem pó, tamanho M (8 ou equivalente). Cor: branca. Características adicionais: estéril, atóxica, descartável, formato anatômico, embalagem conforme norma ABNT com abertura asséptica. Embalagem com 100 unidades	620091	UNIDADE	10	21,19	211,90
54	Luva nitrílica não cirúrgica sem pó na cor preta, confeccionada em copolímero de butadieno e acrilonitrilo, texturizada nas pontas dos dedos, ambidestra, tamanho G.	619825	EMBALAGEM 100 UNIDADES	10	19,20	192,00
55	Luva nitrílica não cirúrgica sem pó na cor preta, confeccionada em copolímero de butadieno e acrilonitrilo, texturizada nas pontas dos dedos, ambidestra, tamanho M.	619824	EMBALAGEM 100 UNIDADES	10	19,39	193,90
56	Luvas de algodão - Com ação antiestática e antialérgica, retenção de umidade e absorção suor das mãos. Material lavável, ambidestra. Precisão e sensibilidade total no tato, não solta pequenos fiapos em seu manuseio, perfeito ajuste na mão. Tamanho G.	342080	UNIDADE	50	21,55	1.077,67
57	Macacão de segurança em tyvek, com capuz e zíper, punho e tornozelos com elástico, branco, tamanho G	397779	UNIDADE	200	18,00	3.600,00
	Macacão de segurança					



58	em tyvek, com capuz e zíper, punho e tornozelos com elástico, branco, tamanho M	616643	UNIDADE	200	26,00	5.200,00
59	Manta de polietileno expandido, tipo: manta, material: polietileno expandido, largura mínima: 120 cm, cor: branca, espessura: 4 mm	411831	METRO	500	8,45	4.225,25
60	Máscaras cirúrgicas descartáveis - Máscara cirúrgica, tipo: não tecido, 3 camadas, pregas horizontais, atóxica, tipo fixação: 4 tiras laterais p, fixação, características adicionais: clip nasal embutido, hipoalergênica, cor: branca, tipo uso: descartável. Caixa com 50 unidades.	485312	UNIDADE	10	6,59	65,90
61	Pano Limpeza, Tipo: Flanela, Material: Microfibra Antiestática, Comprimento: 60 CM, Largura: 40 CM	438326	UNIDADE	20	6,00	119,90
62	Papel alcalino 120 g/m2 - Comprimento 960mm, largura 660mm, cor branca, alta alvura, celulose vegetal, branco. Embalagem 250 folhas	255142	UNIDADE	4	893,34	3.573,36
63	Papel alcalino 240 g/m2 - Comprimento 960mm, largura 660mm, cor branca, alta alvura, celulose vegetal, branco.	367440	PACOTE 125 FOLHAS	5	977,18	4.885,90
64	Papel alcalino 90 g/m2 - Comprimento 960mm, largura 660mm, cor branca, alta alvura, celulose vegetal, branco.	253754	PACOTE 125 FOLHAS	8	861,00	6.888,00
65	Papel Japonês 9g/m² - Fino, PH neutro, comprimento 91cm, largura 61cm, coloração branca (natural), alta transparência, fibras longas e resistentes.	396151	UNIDADE	100	41,95	4.195,00
66	Papel Kraft - Papel kraft, material: celulose vegetal, gramatura: 120 g, m2, comprimento: 113 cm, largura: 77 cm, cor: natural, pardo.	471828	BOBINA 200,00 M	4	150,67	602,68
67	Papel Mata-borrão – Fabricado com pasta química sem colagem, 100% de massa de celulose, e caracterizase por seu grande poder de	251477		3	590,90	1.772,70

	absorção. Cor branca. Gramatura: 250grs/m². Tamanho: 50x60cm.		CAIXA 100 UNIDADES			
68	Papel não tecido, tipo Tyvek; gramatura mínima de 43 g/m², largura entre 100 cm a 150 cm, cor branca. Detalhes adicionais: tecido fabricado com filamentos contínuos de polietileno de alta densidade, neutro de ácidos, não conduz fogo, não permite a entrada de umidade. Finalidade: acondicionamento de bens culturais.	602957	ROLO 30 METROS	20	1.401,00	28.020,00
69	Pasta em cruz – Confeccionada em papel alcalino 240g/m², 4 abas com vinco, com nervuras vincadas, e espaçamento de 0,5cm entre elas, de formato fechado 36,5cm x 25cm, formato aberto: 108,5cm x 68cm com acabamento corte e vinco, aba superior 36,5 cm x 23cm, aba inferior 36,5cm x 20cm, abas laterais 36,5 x 23 cm. Entregar dobrada.	253828	UNIDADE	20	2,25	44,90
70	Pasta Folder ou bifólio - Confeccionada em papel alcalino na cor branca 90g, para acondicionamento de documentos, panfletos, jornais, entre outros. Modelo do tipo bifólio, que contém apenas um vinco central, permite fácil acesso ao conteúdo armazenado, sendo ideal para arquivos com pesquisas frequentes.	253825	UNIDADE	100	1,90	190,00
71	Placa de rede (adaptador de rede) USB tipo A, compatível com padrão USB 2.0, para LAN RJ45, compatível com sistema operacional Windows 10 ou superior, taxa de transferência de dados de 1.000 MB/S.	470246	UNIDADE	2	150,00	300,00
72	Pincel Artesanal 815 N. 24 - Pincel chato, cerdas naturais, cabo longo, virola de alumínio.	376421	UNIDADE	10	6,69	66,90
73	Pincel redondo nº 10 - Cabo: Longo, Virola: Alumínio, Formato: Redondo. Pêlo:	445053	UNIDADE	10	5,60	56,00

	Filamento Sintético Suave.					
74	Pincel redondo nº 12 - Cabo: Longo, Virola: Alumínio, Formato: Redondo. Pêlo: Filamento Sintético Suave.	437211	UNIDADE	10	3,15	31,50
75	Pincel redondo nº 8 - Cabo: Longo, Virola: Alumínio, Formato: Redondo. Pêlo: Filamento Sintético Suave.	400338	UNIDADE	10	3,05	30,50
76	Pincel Série 484 - Formato: Chato, Cabo: Longo, Virola: Alumínio Polido. Pêlo: orelha de Boi, curto.	424130	UNIDADE	10	9,80	98,00
77	Pincel soprador - Bocal de plástico duro com válvula de entrada, tem a função de remover suavemente poeira de materiais delicados, sem deixar resíduos sem contato físico.	217833	UNIDADE	5	51,23	256,17
78	Pincel, tipo de ponta: chanfrado, pêlo claro, com virola em níquel laminada e cabo envernizado, tamanho: 1 /2	422586	UNIDADE	5	5,17	25,85
79	Pincel, tipo de ponta: chanfrado, pêlo claro, com virola em níquel laminada e cabo envernizado, tamanho: 1 /4	424133	UNIDADE	5	2,35	11,75
80	Pincel, tipo de ponta: chanfrado, pêlo claro, com virola em níquel laminada e cabo envernizado, tamanho: 1 /8	438791	UNIDADE	5	4,75	23,75
81	Pincel, tipo de ponta: chanfrado, pêlo claro, com virola em níquel laminada e cabo envernizado, tamanho: 3 /8	430850	UNIDADE	5	4,67	23,35
82	Placa corte - Material resina sintética, tipo dupla face, comprimento 90 cm, largura 60 cm, aplicação conservação de acervo, formato A1, espessura 3 cm, características adicionais autocicatrizante.	383161	UNIDADE	2	188,01	376,01
83	Placa de polietileno expandido, tipo: placa, material: polietileno expandido, largura	397193		20	54,99	1.099,80

	mínima: 100 cm, cor: branca, espessura: 2 cm		METROS QUADRADOS			
84	Placa de polietileno expandido, tipo: placa, material: polietileno expandido, largura mínima: 100 cm, cor: branca, espessura: 4 cm	386870	METROS QUADRADOS	20	114,99	2.299,80
85	Pote cilíndrico de plástico, material: polietileno, capacidade mínima: 150ml características adicionais: com tampa de rosca	460895	UNIDADE	24	6,96	167,04
86	Pote de Vidro com tampa de plástico de rosquear 150ml	457763	UNIDADE	12	9,71	116,56
87	Pote de Vidro com tampa de plástico de rosquear 300ml	455310	UNIDADE	12	9,64	115,72
88	Pote de Vidro com tampa de plástico de rosquear 500ml	436849	UNIDADE	12	9,00	108,00
89	Refil de cola quente - Cola, composição: silicone, cor: incolor, aplicação: pistola quente, características adicionais: amolecimento a 86°C +,- 3°C, insolúvel, diâmetro 11, tipo: bastão	287700	KG	20	43,70	874,00
90	Respirador facial (máscara) PFF2 sem válvula. Características adicionais: certificado pelo Inmetro, com registro na ANVISA.	485532	UNIDADE	1.000	1,48	1.480,00
91	Respirador reutilizável semifacial com dois filtros tamanho M, compatibilidade: máscara 3m série 6.200 ou similar.	336783	UNIDADE	10	127,62	1.276,20
92	Sapatilha/Protetor para calçados descartável fabricado em tecido não tecido (TNT). Material: 100% polipropileno. Gramatura: 20g/m². Cor: branca. Tamanho: único. Características adicionais: com elástico nas bordas.	436854	EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	20	15,00	300,00
	Seringa descartável - Seringa, material: polipropileno, capacidade: 1 ml, tipo vedação: êmbolo de borracha, adicional:					

93	graduada (escala ui), numerada, tipo agulha: agulha fixa 6 x 0,25mm 31g, esterilidade: estéril, uso único	469168	UNIDADE	200	0,19	38,00
94	Tecido flanela - Lisa branca, 100% algodão, sarjada e flanelada, 1,60 m de largura.	327887	METRO	50	6,45	322,25
95	Tecido Crepe Georgette - Composição: tecido transparente em poliéster fosco, sem elastano.	276857	METRO	50	14,00	700,00
96	Tesoura Multiuso – Cabo de resina termoplástica, lâmina em aço inox, tamanho 23,9 x 1,8 x 9,4 cm.	482941	UNIDADE	10	12,39	123,90
97	Tigela branca e lisa de porcelana, redonda, capacidade de 300 ml aproximadamente	450226	UNIDADE	10	10,60	106,00
98	TNT (tecido não tecido), Gramatura: 100 G/M2, Cor: Branca, Largura: 1,40 M	300805	METROS	1.000	2,20	2.200,00
99	Touca Hospitalar, Material: Não Tecido 100% Polipropileno, Modelo: Com Elástico Em Toda Volta, Cor: Sem Cor, Gramatura: Cerca De 50 G /M2, Tamanho: Único, Tipo Uso: Descartável, Característica Adicional 01: Hipoalergênica, Atóxica, Inodora, Unissex	428621	EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	5	11,15	55,75
100	Trena manual 10 metros retrátil com fita em aço, com botão de trava. Graduação nos sistemas métricos (milímetros e centímetros) e imperial (polegadas).	601641	UNIDADE	5	20,76	103,80
101	Trena manual 10 metros retrátil com fita em fibra de vidro. Graduação em ambos os lados nos sistemas métricos (milímetros e centímetros) e imperial (polegadas).	374450	UNIDADE	5	17,99	89,95
102	Trincha de 2 polegadas – Trincha média, com cerdas 100% naturais com pelos de orelha de boi, cabo anatômico de plástico de alta resistência.	290550	UNIDADE	5	4,66	23,30
	Trincha de 3 polegadas –					

103	Trincha média, com cerdas 100% naturais com pelos de orelha de boi, cabo anatômico de plástico de alta resistência.	290551	UNIDADE	5	6,99	34,95
104	Trincha de cerda natural - Trincha, material cabo: madeira, material cerdas: pêlo de marta, tamanho: 1 pol, tipo cabo: curto;	256571	UNIDADE	20	2,70	53,90
105	Trincha japonesa - Produzida com pêlo de ovelha, possui cabo longo de madeira sem partes metálicas e cerdas de 3,49 cm. Tamanho: 27,31 x 7,5 cm. Para limpeza superfícies delicadas.	393798	UNIDADE	5	125,26	626,32
106	Trincha simples com cerdas sintéticas 1"	250992	UNIDADE	50	2,31	115,25
107	Vaselina líquida (grau USP), Aspecto Físico: Líquido Oleoso, Límpido, Grau De Pureza: Altamente Refinada, Característica Adicional: Mistura De Hidrocarbonetos De Petróleo, Número De Referência Química: Cas 8012-95-1	401692	LITROS	25	33,00	825,00
108	Verniz, Acabamento: Fosco, Cor: Incolor, Aplicação: Madeira, Características Adicionais: De Acordo Com A Norma Nbr 14725, Tipo: Marítimo	601189	GALÃO 3,6 LITROS	1	87,87	87,87
109	Viés de algodão branco 24mm	378701	ROLO DE 50M	10	14,48	144,80

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de emissão da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O prazo de vigência da da ata de registro de preços é de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 86 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. Conforme critérios de conveniência da contratante, poderá ser estabelecido contrato a partir da ata de registro de preços.

1.6.1. O prazo de vigência mínimo do contrato é de doze meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite decenal, com base no artigo 107 da lei 14.133/2021.

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.8. Havendo divergência entre a descrição do código CATMAT (Código de Materiais do Comprasnet) e a especificação dos itens na tabela acima, deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

1.9. Em consonância com o que dispõe o art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006, o presente processo licitatório destina-se exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, haja vista o preço estimado de todos os itens de contratação é inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:
- I) *ID PCA no PNCP*: 00059311000126-0-000007/2024;
  - II) *Data de publicação no PNCP*: 20/05/2023;
  - III) *Id do item no PCA*: 23 e 24;
  - IV) *Classe/Grupo*: 6810 – Produtos químicos | 6640 – Equipamentos e artigos de laboratório;
  - V) *Identificador da Futura Contratação*: 194022-90028/2023 - Compra de materiais e equipamentos para conservação e restauração de acervos do Museu Nacional dos Povos Indígenas.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos, no que couber, os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.1.1. Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da ABNT;
  - 4.1.2. Devem ser observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
  - 4.1.3. Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
  - 4.1.4 Os bens não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs);
  - e
  - 4.1.5 Em atendimento ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica, os produtos que possuem selo PROCEL devem ter classificação do tipo A, indicando maior eficiência energética.

### Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data de envio da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento ao fornecedor, em remessa única ou parcelada.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Museu Nacional dos Povos Indígenas, situado na Rua das Palmeiras, nº 55 - Botafogo - Rio de Janeiro/RJ - CEP 22.270-070, das 08h às 12h ou das 14h às 18h, de segunda a sexta-feira.

5.3.1. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 2/3 (dois terços) do prazo total recomendado pelo fabricante.

## Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia dos materiais de consumo é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5. O prazo de garantia contratual dos bens de natureza permanente, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.6. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.7. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.8. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.9. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.10. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.11. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.12. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.13. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.14. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.15. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.16. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.



## Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

## Fiscalização Administrativa

- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).
- 6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

## Gestor do Contrato

- 6.17. Cabe ao gestor do contrato:
- 6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a. der causa à inexecução parcial do contrato;

- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 25% (vinte e cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

- 7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 3 (três) dias úteis.
- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

## **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES /ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) para correção monetária.

## **Forma de pagamento**

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

- 8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de Crédito**

- 8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A12]
- 8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A13]
- 8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A14]

### **Reajuste**

- 8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 13/04/2026.
- 8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A16], os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o (s) índice(s) definitivo(s).
- 8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, utilizando-se o sistema de registro de preços, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral ou parcelado.

### CrITÉRIOS de aceitabilidade de preços

9.3. *Em se tratando de contratação para registro de preços, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:*

*1.1.1 Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.*

### Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

9.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.22. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.23. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.24. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.25. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.26. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. *O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 279.329,21 (duzentos e setenta e nove mil, trezentos e vinte e nove reais e vinte e um centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.*

# 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I) Gestão/unidade: 19208/194022;
  - II) Fonte de recursos: 1000000000;
  - III) Programa de trabalho: 232727;
  - IV) Elemento de despesa: 3390.30 e 4490.52 [itens 4, 5, 7, 26, 28, 33, 50 e 51]; e
  - V) Plano interno: 9067PPC.
- 11.3 A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

# 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2026.

LUIZA ZELESCO

Coordenadora Substituta de Memória e Patrimônio Cultural

# 13. ANEXO I

## Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
- 1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 5 dias*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato [*Nota de Empenho*], sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
- 1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;
- 1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).
2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO
- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.



2.2. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.*

### 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de *10 (dez) dias úteis*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.

3.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A8]

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e *da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando aplicável*;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.17. *Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;*
- 4.1.18. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;*
- 4.1.19. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.*
- 4.1.20. *Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.*
- 4.1.21. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.*
- 4.1.22. *Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho ;*
- 4.1.23. *Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;*
- 4.1.24. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;*
- 4.1.25. *Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;*
- 4.1.26. *Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.*

## **5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

- 5.1. *A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*
- 5.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*
- 5.3. *Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

## 6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal no Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 14. ANEXO II

### TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão Eletrônico nº...../20..... (informar), bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LUIZA ZELESCO BARRETTO**

Equipe de apoio

